

**A Esquerda na América Latina:  
partidos políticos e inovações democráticas no Brasil e no Uruguai<sup>1</sup>**

**Talita São Thiago Tanscheit**

[talitastt@gmail.com](mailto:talitastt@gmail.com)

**IESP-UERJ**

**Resumo:**

Este artigo apresenta alguns apontamentos iniciais de minha investigação de doutorado, que tem como objetivo compreender a relação entre os partidos políticos de esquerda e a adoção de inovações democráticas na América Latina. Serão analisadas as experiências do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e da Frente Ampla (FA) no Uruguai, com vistas a demonstrar o papel central e a relação específica entre estes partidos políticos e as inovações democráticas desenvolvidas em seus países e na região. Esta relação está enraizada em distintas experiências e trajetórias históricas destes partidos políticos. Argumenta-se que a formação e o desenvolvimento destes partidos políticos, contextualizados em suas próprias dinâmicas sociais e políticas, terão uma influência substantiva nas inovações democráticas desenvolvidas em seus governos.

**1. Introdução**

Qual o papel dos partidos políticos de esquerda<sup>2</sup> na disputa pela construção democrática na América Latina<sup>3</sup>? Como o debate em torno da democracia e da participação política estruturou-se historicamente nos partidos políticos de esquerda da

---

1 Trabalho preparado para su presentación en el 9º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Montevideo, 26 al 28 de julio de 2017.

2 Utiliza-se a categorização de Baker e Greene (2011).

3 Remete-se, nesta pergunta, ao título do livro de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), “A disputa pela construção democrática na América Latina”, modificando, contudo o objeto de estudo, que se neste livro são os movimentos sociais, nesta investigação de doutorado serão os partidos políticos.

América Latina? Este artigo apresenta alguns apontamentos iniciais de minha pesquisa de doutorado, que tem como objetivo compreender a relação entre os partidos políticos de esquerda e a ampliação dos canais de participação política na América Latina – o maior laboratório de experiências em inovações democráticas no mundo (Gurza Lavalle, Romão e Zarembeg, 2014). Serão analisadas as experiências do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e da Frente Ampla (FA), no Uruguai, demonstrando a relação específica desenvolvida entre estes partidos na adoção de inovações democráticas em seus países e na região. Argumenta-se que a formação e o desenvolvimento destes partidos políticos, contextualizados em suas próprias dinâmicas sociais e políticas, terão uma influência substantiva nas inovações democráticas desenvolvidas em seus governos.

Após um longo período de regimes militares em vários de seus países, as décadas de 1980 e 1990 inauguraram um novo período no que diz respeito à democracia e à participação política na América Latina, reestabelecendo os partidos políticos e a competição política-eleitoral (Huntington, 1991) e dando início à uma trajetória de forte experimentalismo democrático, marcada pela introdução de variadas formas de participação política na região (Pogrebinschi, 2013) – as chamadas inovações democráticas. Neste trabalho, as inovações democráticas são definidas como inovações institucionais destinadas a incorporar os cidadãos, as cidadãs, associações da sociedade civil e movimentos sociais em distintas etapas do ciclo de políticas públicas<sup>4</sup> (Smith, 2009).

Em primeiro lugar, em relação ao reestabelecimento dos partidos políticos e da competição político-eleitoral, destacam-se a criação de novos partidos políticos, como o PT, e a reorganização de antigos partidos políticos, como a FA. A relevância destes dois partidos políticos em seus respectivos países justifica-se: (i) pela sua importância no processo de redemocratização e de reorganização da esquerda, na década de 1980; (ii) pela sua resistência ao neoliberalismo conjugado ao seu progressivo crescimento eleitoral, na década de 1990; (iii) pelas vitórias eleitorais à Presidência da República, na

---

4 No decorrer deste trabalho será utilizado, em algumas ocasiões, o termo instituições participativas. Difundidas por Avritzer (2009), estas definem-se como formas diferenciadas de incorporação da cidadania e de associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas. Restrita à realidade do Brasil, optou-se pelo termo inovações democráticas pela sua maior capacidade de adequação ao conjunto dos países estudados.

década de 2000. Dadas estas similitudes, há uma ampla possibilidade de realização de análises comparadas entre estes partidos e estes países.

Em segundo lugar, em relação às inovações democráticas, destaca-se a sua relação ao crescimento eleitoral dos partidos políticos de esquerda na região nas últimas quatro décadas. Como observa Goldfrank (2011), os proponentes de inovações democráticas na América Latina são na maioria das vezes governos locais, regionais ou nacionais de partidos políticos de esquerda. Como exemplos, têm-se o Orçamento Participativo (OP), criado em 1989 sob a administração de Olívio Dutra (PT) em Porto Alegre - o seu êxito fez com que o OP fosse expandido para centenas de cidades no Brasil e na América Latina (Avritzer, 2002, 2009, 2014); e o Programa de Descentralização Participativa (PDP) de Montevideú, iniciado em 1990, sob a administração de Tabaré Vázquez (FA) e em constante reelaboração e aprimoramento – desde 2005, a sua principal experiência é a do OP (Goldfrank, 2011).

Na América Latina, a adoção de inovações democráticas teve um papel estratégico. No decorrer da década de 1990, em um período em que a maioria dos países estava sob governos de partidos políticos de direita, a sua adoção possibilitou o desenvolvimento, em nível local, de políticas alternativas ao neoliberalismo vigente, bem como o fortalecimento dos vínculos entre os partidos de esquerda e a sociedade e a ampliação de suas bases eleitorais (Avritzer, 2002; Goldfrank, 2011).

A partir dos anos 2000, com as vitórias eleitorais logradas por partidos políticos e/ou líderes de esquerda, ocorrem a introdução e/ou a expansão e a potencialização de um grande número de inovações democráticas na América Latina, ampliando o escopo de estruturação da democracia, que passou a ancorar-se, paulatinamente, não apenas nas instituições representativas, mas em instituições e em políticas participativas (Peruzzotti e Selle, 2009; Beasley-Murray, Cameron e Hershberg, 2010; Levistki e Roberts, 2011; Pogrebinschi, 2013; Wolff, 2013; Pereira da Silva, 2015).

Em estudo pioneiro, Avritzer (2009) afirma que foi a conexão os partidos políticos e as organizações da sociedade civil que possibilitou a adoção de instituições participativas no Brasil. O autor destaca o PT como o principal partido político para a realização desta conexão. Defendendo que o êxito de uma instituição participativa está condicionado ao

contexto em que a interação entre os partidos políticos e a sociedade civil interagem, o autor irá analisar os casos de quatro cidades brasileiras: Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador.

Dentre estas quatro cidades, Porto Alegre e Belo Horizonte seriam as cidades ideais para a adoção de instituições participativas, enquanto que São Paulo estaria entre estas duas cidades e Salvador seria a cidade com mais obstáculos à adoção de instituições participativas. É definitiva, para o autor, a unidade do sistema político em relação à temática da participação e a presença do PT no município: enquanto que Porto Alegre e Belo Horizonte seriam cidades que estiveram por longos períodos sob uma administração do PT, São Paulo teria um sistema político dividido, e Salvador teria além de uma esquerda tradicional avessa às instituições participativas – liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) –, um sistema político hegemônico pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

Após este estudo, outros autores levantaram a hipótese de que a adoção das instituições participativas não podem ser dissociadas da própria trajetória do PT (Pogrebinski, 2012; Teixeira, 2013; Gurza Lavalle, Romão e Zarembek, 2014), a qual explorei em minha dissertação de mestrado. Neste trabalho, dediquei-me a relacionar a adoção de inovações democráticas à três períodos vivenciados pelo PT: (i) à sua fundação, analisando as formulações partidárias sobre a democracia e a defesa de ampliação das formas de participação política em coexistência às instituições representativas; (ii) na relação entre as inovações democráticas e o “modo petista de governar” (conceito bem explorado por David Samuels), termo pelo qual a forma de governar do PT acabou por ficar conhecida; (iii) na análise das inovações democráticas como um “método democrático de gestão”, termo introduzido a partir da chegada do PT à Presidência da República. Concluí este trabalho argumentando que as inovações democráticas institucionalizadas no Brasil são resultado de uma longa trajetória de experimentalismo democrático por parte dos governos do PT, convertendo o “modo petista de governar” em um “método democrático de gestão”.

Tanto a análise de Avritzer (2009), valorosa pelo seu pioneirismo, quanto a minha dissertação de mestrado, possuem a limitação de não explorar as dinâmicas próprias do

PT. Em Porto Alegre, por exemplo, cidade em que havia uma alta disputa intrapartidária entre as facções Democracia Socialista e Articulação de Esquerda, de um lado, e o PT Amplo, de outro, o OP foi um espaço político estratégico de disputa e de fortalecimento das facções internas (Romão, 2010). Tratando-se da FA, a análise da relação entre os partidos políticos e as inovações democráticas sequer existem. Como esta disputa intrapartidária e as dinâmicas sociais e políticas a qual estes partidos políticos se inseriram interferiram na adoção de inovações democráticas em cada um destes países? Esta é a questão fundamental de que trata este trabalho.

Esta análise será baseada em métodos qualitativos de pesquisa em Ciências Sociais. A análise considerará desde a redemocratização ao término do segundo mandato presidencial destes partidos em cada um de seus respectivos países: no Brasil de 1980 a 2010 e no Uruguai de 1985 a 2015. Será referenciada no institucionalismo histórico, que permite compreender como eventos pregressos afetam e terão consequências importantes nas dinâmicas políticas subsequentes (Hall e Taylor, 1996[2003]). Revisão da literatura especializada, análise documental e entrevistas com as elites políticas destes partidos serão utilizadas para a realização deste trabalho. Focando-se em um objeto usualmente desconsiderado pela literatura especializada, esta tese explorará a dimensão substantiva dos partidos políticos na adoção de inovações democráticas na América Latina.

## **2. Partidos Políticos e Inovações Democráticas**

Esta investigação tem como premissa a centralidade dos partidos políticos nos mais variados aspectos da dinâmica social e política da América Latina (Abal Medina, 2002). Destacam-se duas atribuições conferidas aos partidos políticos: (i) a estruturação da democracia e a organização da competição política (Amaral, 2013<sup>5</sup>); (ii) a mediação da relação entre o Estado e a sociedade, marcada pela representação das reivindicações de suas próprias bases sociais e eleitorais (Key, 1966; Sartori, 1982).

Duas linhas organizam, tradicionalmente, as investigações sobre os partidos políticos: as referenciadas em Robert Michels (1982[1911]) e que dedicam-se à investigação da

---

5 Definição contida em uma revisão e avaliação dos últimos 100 anos de literatura sobre a organização dos políticos. Ver Amaral (2013).

distribuição do poder e da democracia intrapartidária nos partidos políticos; e as referenciadas em Maurice Duverger (1970[1951]) e que dedicam-se à uma abordagem organizacional dos partidos políticos. É importante realçar que estas linhas de investigação não são conflituosas, visto que Duverger (1970[1951]) tende a corroborar com a assertiva clássica de Michels sobre a tendência à oligarquização dos partidos políticos, elaborada em “Sociologia dos Partidos Políticos” (1982[1911]), a Lei de Ferro da Oligarquia.

Desta tradição, têm-se diversas investigações dedicadas a analisar as transformações organizacionais e comportamentais de alguns partidos políticos da Europa Ocidental (Amaral, 2013). Relacionadas especialmente à identificação de modelos de partido, estas investigações tendem a defender uma evolução histórica praticamente inexorável dos partidos em diferentes modelos, em especial dos partidos políticos de esquerda: são os exemplos dos modelos dos partidos de massa ou dos partidos de quadro (Duverger, 1970[1951]); dos partidos *catch-all* (Kirchheimer, 1966); ou o partido cartel (Katz e Mair, 1995), que vem dominando a literatura nas duas últimas décadas (Amaral, 2013).

Ainda que sejam importantes e que tenham contribuído de maneira significativa na análise organizativa dos partidos políticos, estas investigações têm duas limitações principais: (i) delimitam-se aos partidos políticos da Europa Ocidental e, em alguma medida, dos Estados Unidos da América (EUA); não realizam uma análise dinâmica dos partidos políticos e das estratégias partidárias, seja esta a dinâmica intrapartidária ou a dinâmica social e política as quais os partidos estão inseridos<sup>6</sup>.

Na América Latina, algumas investigações destacam-se no estudo sobre os partidos políticos (Mainwaring e Scully, 1995; Kitschelt, 1999; Kitschelt, Hawkins, Luna, Rosas e Zechmeister, 2010). Estas investigações voltam-se, contudo apenas para a investigação dos partidos na estruturação da competição e da participação política eleitoral, distanciando-se do escopo desta proposta de pesquisa. Mais recentemente, destacaram-se algumas abordagens organizacionais conferidas à alguns partidos específicos da América Latina, todavia ainda referenciados nas categorias da Europa para

---

6 Estas limitações são exploradas também por Sartori (1982), Wolinetz (2002) e Krouwel (2006).

a análise dos partidos políticos. Os estudos sobre as organizações partidárias na América Latina permanecem, em certa medida, sendo uma caixa preta, recebendo uma atenção reduzida (Levitski, 2001).

Avançando consideravelmente em relação à estas investigações no que fiz respeito à análise da dinâmica intrapartidária e das estratégias partidárias, Panebianco (2005[1982]) propõe dois eixos pelos quais os estudos sobre o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos devem organizar-se: o modelo genético e o grau de institucionalização, em que tanto o momento basilar quanto o desenvolvimento histórico dos partidos políticos, combinados à características ambientais, tornam-se centrais. Isto porque, para o autor:

“Na evolução organizativa dos partidos se manifestam tendências mais ou menos constantes da passagem de um momento inicial, no qual predominam certas exigências, para um momento posterior, no qual predominam exigências diferentes” (Panebianco, 2005[1982]: 36).

Este argumento do autor em relação ao momento basilar será de grande importância nesta proposta de investigação, na medida em que considera que a análise de um partido político deve necessariamente retroceder à sua origem e formação – a ênfase na dimensão histórica permite compreender os partidos políticos para além de um modelo, mas como uma organização em movimento onde vivencia-se, constantemente, um processo de adaptação e de transformação (Panebianco, 2005[1982]: 91).

Para tanto, a proposta de estudo de Panebianco (2005[1982]) - e a ênfase no modelo genético e no grau de institucionalização – aproxima-se mais desta pesquisa, também porque compreende a arena eleitoral como apenas um dos ambientes dos partidos políticos. Assim, o autor permite que outros ambientes – nesta investigação as arenas onde são adotadas as inovações democráticas – sejam explorados (Panebianco, 2005[1982]: 23).

Estas ferramentas analíticas – o momento basilar e o desenvolvimento histórico - serão de fundamental contribuição para a tese a ser desenvolvida. Pretende-se investigar as dinâmicas e as disputas intrapartidárias com vistas à compreender como o debate em relação à democracia e à participação estruturou-se nestes partidos políticos resultando

em distintas experiências de inovações democráticas implementadas. Entretanto, esta análise pretende ir além desta abordagem organizacional realizada por Panebianco (2005[1982]), inserindo-se nos estudos incipientes destinados a compreender as dinâmicas e as disputas intrapartidárias dos partidos políticos na América Latina, dando ênfase nas dinâmicas das facções e nas interações entre as facções no processo de adaptação e transformação vivenciado por estes partidos desde sua formação à chegada à Presidência da República.

### **2.1. Faccionalismo nos partidos políticos**

Desde a década de 1990, quando a terceira onda de democratização se estabeleceu na América Latina, denota-se a centralidade dos partidos políticos na dinâmica social e política regional (Alcántara Sáez e Freidenberg, 2002) – fenômeno que vem sendo amplamente investigado pela Ciência Política. Todavia, avançou-se pouco no que diz respeito às investigações sobre as estruturas e as dinâmicas internas dos partidos políticos, que tem tido um reduzido desenvolvimento teórico e empírico.

Um conjunto de autores vem apontando para a importância da dinâmica interna dos partidos políticos, em especial em relação ao faccionalismo e à competição intrapartidária (Edersveld, 1964; Sartori, 1982; Katz e Mair, 1995; Abal Medina, 2002). Para Edersveld (1964), um partido político é um sistema político em miniatura, composto por um sistema eleitoral, procedimentos para recrutar líderes, definir objetivos e resolver conflitos internos, sendo um sistema complexo de tomada de decisões (Edersveld, 1964). Sartori (1976), por sua vez, irá retornar à origem da palavra partido, a parte de um todo, para justificar a necessidade de analisar estas diversas partes – as facções que compõem um partido (Sartori, 1982). Katz e Mair (1995) propõem que as regras que ordenam um partido político são resultados de um balanço interno de poder e representam um recurso nas disputas internas que devem ser analisadas (Katz e Mair, 1995). Para Abal Medina (2002), partidos são organizações complexas em que convivem diversos atores em disputa por recursos de poder e por imprimir determinada estratégia (Abal Medina, 2002: 3).

Em estudo recente, Cross e Katz (2013) defendem que, ao invés de medir-se a

democracia entre partidos, deve-se compreender como a democracia se realiza dentro dos partidos, verificando-se, para além da organização legal expressa através de um conjunto de normas que regem a organização de um partido, o que ocorre de fato nos partidos políticos (Cross e Katz, 2013: 6-17).

Katz e Mair (1995) propõem que ao invés de analisar-se os partidos políticos apenas em sua relação com a sociedade civil, seja analisada também a sua relação com o Estado, na seguinte tríade: Sociedade Civil ↔ Partido Político ↔ Estado. Isto porque o processo de desenvolvimento de um partido político é dialético, e as mudanças verificadas não são apenas em relação à sociedade civil, mas também ao Estado. Nesta tríade, deve-se levar em consideração a assertiva dos autores de que os partidos apresentam demandas da sociedade civil para o Estado, mas também são agentes do Estado defendendo determinadas políticas para a sociedade (Katz e Mair, 1995: 10-3).

Os estudos de Cross e Katz (2013) e de Katz e Mair (1995) serão importantes referenciais nesta proposta de investigação na medida em que permite a realização de duas análises. Em primeiro lugar, porque se distanciam de abordagens organizacionais dos partidos políticos, permitindo que sejam analisadas as dinâmicas progressas ao seu estabelecimento, em especial no que diz respeito às disputas entre as facções sobre as estratégias partidárias – táticas e programáticas. Em segundo lugar, porque esta investigação propõe-se à análise das inovações democráticas adotadas por partidos políticos em seus respectivos governos locais, regionais e nacionais. Assim, ao invés de enfatizar o protagonismo da sociedade civil na adoção de inovações democráticas, pretende enfatizar como as dinâmicas internas dos partidos políticos – destacando-se a disputa entre as facções -, que levaram a formulações de programas partidários e eleitorais, influenciaram na sua concepção de democracia e na adoção de inovações democráticas uma vez que estes partidos chegaram ao Estado.

O faccionalismo enquanto um fenômeno político multifacetado é característico de partidos políticos de esquerda não apenas na Europa, mas sobretudo na América Latina, influenciando no aprimoramento da democracia intrapartidária, da performance partidária e na formulação de políticas públicas, sendo um movimento contínuo de cooperação e competição. A princípio, faccionalismo será definido nesta investigação como:

“A repartição de um partido político (ou outra organização e grupo) em subunidades mais ou menos institucionalizadas e que se engajam em ação coletiva com vistas à atingir, para seus membros, objetivos particulares” (Boucek, 2009: 468).

Boucek (2009) sugere que o faccionalismo pode adquirir diferentes faces em diferentes períodos e sobre distintas condições. De que maneira o faccionalismo interfere na dinâmica intrapartidária dos partidos políticos? Como distintas concepções das facções em relação à uma determinada temática foram acomodadas nos programas político e eleitoral de um determinado partido político e como isto se desenvolveu historicamente?

Alinha-se aqui a uma visão positiva em relação ao faccionalismo nos partidos políticos, já apresentada nos trabalhos de Yaffé (2005) sobre a FA e de Freire Lacerda (2002) sobre o PT. O faccionalismo: amplia o arco ideológico dos partidos políticos e, conseqüentemente, as suas bases sociais e eleitorais, e permite que a disputa intrapartidária seja realizada de forma mais visível (Yaffé, 2005; Freire Lacerda, 2002).

Dada a literatura especializada e buscando avançar em relação às suas limitações, esta investigação buscará investigar como o faccionalismo interferiu: (i) no desenvolvimento da concepção de democracia destes partidos políticos; (ii) nas resoluções programáticas relacionadas à adoção de inovações democráticas; (iii) nas inovações democráticas desenvolvidas em seus governos. A princípio, esta análise será feita a partir do estabelecimento de três blocos ideológicos no interior dos partidos: Direita ↔ Centro ↔ Esquerda. A partir do cálculo do Número Efetivo de Facções, estas serão posicionadas em cada um desses blocos, com vistas a verificar o desenvolvimento histórico dos posicionamentos destes blocos em um contexto de disputa partidária, bem como de adaptação e de transformação às dinâmicas sociais e políticas dos distintos períodos os quais estes partidos políticos serão analisados.

### **3. A Esquerda na América Latina**

Por um lado, como já exposto acima, as investigações sobre os partidos políticos detêm-se à uma análise da estruturação da competição e da participação política eleitoral (Mainwaring e Scully, 1995; Kitschelt, 1999; Kitschelt, Hawkins, Luna, Rosas e Zechmeister, 2010), com poucos avanços em relação à análise da estrutura e da dinâmica

interna dos partidos políticos, como já observado por Levitski (2001), e para as estratégias adotadas nas diferentes arenas de atuação de um partido político, ou seja, em relação as distintas dinâmicas sociais e políticas as quais os partidos estão contextualizados .

Por outro lado, as investigações relacionadas ao debate sobre a democracia e adoção de inovações democráticas tendem a relacioná-las apenas: (i) às experiências dos movimentos sociais ou da sociedade civil que influenciaram na adoção de instituições participativas; (ii) à análise singular ou comparada de uma inovação democrática em específico, como os diversos estudos relacionados ao OP ou às Conferências Nacionais de Políticas Públicas; ou aos estudos de caso relacionados a uma localidade específica, como Porto Alegre, Montevideu e Caracas<sup>7</sup> (Romão e Martelli, 2013).

São poucos os autores que abordam, nestas investigações, um ator político central: os partidos políticos – e mais especificamente, os partidos políticos de esquerda (Avritzer, 2009a, Reis, 2014; Gurza Lavalle, Romão e Zarembeg, 2014). A contribuição dos partidos políticos à ampliação das formas da participação política vem sendo levantada, ao que consta, apenas em relação à experiência brasileira, em especial pelo evidente protagonismo do PT na adoção de formas de participação política como o OP, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e as Conferências Nacionais de Políticas Públicas (Avritzer, 2009a, 2013; Pogrebinschi, 2012, 2013; Gurza Lavalle, Romão e Zarembeg, 2014; Dagnino e Teixeira, 2014). Prevalece, nestas análises, a ênfase nos movimentos sociais e na sociedade civil para a adoção destas inovações à participação política, questionando-se, inclusive, a relevância dos partidos políticos no que diz respeito à adoção destas inovações em suas administrações (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). No Uruguai, algumas investigações vêm propondo a relação entre os governos da FA e estas novas formas de participação política (Armas, Luzuriaga e Machado, 2009; Irazábal e Ponce, 2013).

A investigação proposta neste projeto buscará explorar este debate e relacioná-lo aos

---

7 Pogrebinschi e Santos (2011) desafiam esta tendência. Os autores comprovam como as Conferências Nacionais de Políticas Públicas podem impulsionar a atividade legislativa do Congresso Nacional, fortalecendo, através de uma prática participativa e deliberativa, a democracia representativa no Brasil.

partidos políticos, visando compreender como ele se desenvolveu historicamente no PT, na FA e no PSCh e verificando os seus desdobramentos nas experiências singulares dos governos de esquerda da região. O seu esforço será em desenvolver uma teoria que conecte, tendo como base o debate sobre a esquerda na América Latina, os partidos políticos e estas inovações democráticas. A justificativa para a seleção destes partidos e países será dada a seguir.

Como já colocado, a esquerda na América Latina tem em comum a vivência concomitante de processos sociais e políticos: a oposição ao regime militar e o protagonismo no processo de redemocratização dos seus países, durante a década de 1980; a oposição ao neoliberalismo conjugado ao seu progressivo crescimento eleitoral, na década de 1990, e a ascensão à Presidência da República, elegendo os primeiros governos de esquerda da América Latina, na década de 2000.

Destacando-se este último momento, não apenas a ascensão, como a permanência e mais recentemente a queda de governos de esquerda na América Latina vêm sendo um objeto de estudo de destaque na Ciência Política. Iniciada com Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998, os governos de esquerda foram progressivamente expandindo-se na região: em 2000, Ricardo Lagos foi eleito no Chile; em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito no Brasil; em 2003, Néstor Kirchner foi eleito na Argentina; em 2004, Tabaré Vasquez foi eleito no Uruguai; em 2005, Evo Morales foi eleito na Bolívia; em 2006, Rafael Correa foi eleito no Equador e Daniel Ortega foi eleito na Nicarágua; em 2008, Fernando Lugo foi eleito no Paraguai; e, em 2009, Mauricio Funes foi eleito em El Salvador.

Além da ascensão, os governos de esquerda tem sido exitosos em reeleger sucessores: na Venezuela, Chávez foi reeleito em 2000, 2006 e 2012 e, logo após sua morte, em 2013, Nicolás Maduro foi eleito; no Chile, Lagos elegeu a sua sucessora Michelle Bachelet, em 2005, e após um interregno de quatro anos do governo de direita de Sebastián Piñera, Bachelet foi mais uma vez eleita em 2013; no Brasil, Lula foi reeleito em 2006 e elegeu a sua sucessora Dilma Roussef em 2010, reeleita em 2014; na Argentina, Kirchner elegeu a sua sucessora, Cristina Kirchner, em 2007, reeleita em 2011; no Uruguai, Vasquez elegeu o seu sucessor José “Pepe” Mujica, em 2009, sendo eleito novamente em 2014; na

Bolívia, Morales foi reeleito em 2009 e 2014; no Equador, Correa foi reeleito em 2009 e 2013, elegendo o seu sucessor Lenín Moreno, em 2017; na Nicarágua, Ortega foi reeleito em 2011; e em El Salvador, Funes elegeu o seu sucessor, Salvador Cerén, em 2014. Destes países destacados, apenas a Argentina<sup>8</sup>, o Paraguai<sup>9</sup> e recentemente o Brasil<sup>10</sup> não estão sob governos de esquerda.

Este acontecimento singular na região, que vive atualmente o seu mais longo período democrático, é usualmente chamado de “giro à esquerda”, “onda rosa” ou “pós-liberalismo” na América Latina (Arditi, 2008; Panizza, 2011; Beasley-Murray, Cameron e Hersberg, 2010) por uma série de pesquisadoras e pesquisadores que vêm dedicando-se à compreensão da ascensão e da permanência de governos de esquerda na região.

Destacam-se, dentre estas pesquisas, as destinadas a compreender o lugar da democracia neste período, após a sua negação, durante o autoritarismo – nas décadas de 1960, 1970 e 1980 – e a sua restrição, durante o neoliberalismo – na década de 1990. Isto porque este período vem sendo definido não apenas pela consolidação das instituições políticas – com o reestabelecimento dos partidos políticos e da competição político-eleitoral<sup>11</sup> - mas especialmente pela introdução e/ou expansão e potencialização de das inovações democráticas nos ciclos de políticas públicas destes países (Avritzer, 2009b; Arditi, 2008; Philip e Panniza, 2011; Goldfrank, 2011; Beasley-Murray, Cameron e Hersberg, 2010; Levistki e Roberts, 2011, Pereira da Silva, 2010).

Buscando estabelecer aproximações e distanciamentos entre estes governos na América Latina, é comum que as investigações a organize entre duas esquerdas<sup>12</sup>:

---

8 Em 2015, Kirchner não elegeu o seu sucessor, Daniel Scioli, e atualmente a Argentina está sob o governo de Mauricio Macri, do partido político de centro-direita Proposta Republicana (PRO).

9 Fernando Lugo foi destituído de presidência do Paraguai em 2012, em decorrência de uma crise política e institucional que resultou em seu *impeachment*.

10 Dilma Rousseff foi destituída da presidência do Brasil em 2016, em decorrência de uma crise política e institucional que resultou em seu *impeachment*.

11 Processo em curso desde a década de 1990, com o fim do autoritarismo e a restauração da democracia em grande parte dos países da América Latina (Huntington, 1991).

12

moderados *versus* radicais (Weyland, 2009); moderados *versus* contestatórios (Weyland, Madrid e Hunter, 2009); sociais democratas *versus* populistas (Panizza, 2006); certa *versus* errada (Castañeda, 2006); renovadores *versus* refundadores (Pereira da Silva, 2010). De uma maneira geral, a primeira esquerda é representada pelo Brasil, pelo Uruguai e pelo Chile, e a segunda esquerda seria representada pela Bolívia, pelo Equador e pela Venezuela, sendo assim organizadas com base nas políticas econômicas e sociais e na sua relação com as instituições representativas e com a participação política, seja ela a eleitoral ou estas novas formas de participação política exploradas nesta proposta de investigação.

A primeira esquerda, os moderados, sociais democratas ou renovadores, caracterizam-se, em relação às políticas econômicas e sociais, por transformações cautelosas na economia, respeitando os limites e as posições divergentes. As suas políticas sociais, cujo principal objetivo é o combate a pobreza e a atenuação das desigualdades sociais e econômicas, são combinadas à uma política econômica ortodoxa, buscando a inclusão social da população dentro de um sistema capitalista (Weyland, Madrid e Hunter, 2009). Esta esquerda caracteriza-se pela aceitação das instituições representativas e das oposições políticas e pela integração ao sistema político de seus países (Weyland, Madrid e Hunter, 2009; Pereira da Silva, 2010). As inovações democráticas, tais como o OP, complementam as instituições representativas e tem como objetivo ampliar a inclusão social e política da população (Goldfrank, 2011).

A segunda esquerda, os radicais, contestatórios, populistas ou refundadores, caracteriza-se por uma crítica radical ao neoliberalismo e pelo enfrentamento enquanto marca de sua ação política. Ao passo que as suas políticas sociais são similares às da primeira esquerda, a sua política econômica é de cunho heterodoxo, baseada na nacionalização de empresas e na ampliação do papel do Estado na economia (Hunter, Weyland e Madrid, 2009; Pereira da Silva, 2010). Esta esquerda caracteriza-se pela contestação às instituições representativas e pela busca pela construção de novas institucionalidades, baseadas em processos constituintes e na utilização de mecanismos de democracia direta, como referendo e plebiscitos, na decisão sobre políticas (Pereira da

---

<sup>v</sup> A referência, nestes trabalhos, não é à todas as organizações de esquerda existentes nesses países, mas as organizações de esquerda eleitoralmente exitosas.

Silva, 2010; Roberts e Levitski, 2011).

Esta pesquisa investigará os países e os partidos políticos representados na primeira esquerda, como já anunciado anteriormente: o PT, no Brasil e a FA, no Uruguai. Porque estudar esta primeira esquerda e não a segunda? Ou não estudar estas duas esquerdas em perspectiva comparada? Comumente, as comparações são realizadas entre os casos mais similares e os casos mais diferentes. Nesta investigação, objetiva-se buscar as diferenças dentre este conjunto de casos categorizados como similares em uma análise da América Latina. Apesar de suas similitudes, o PT e a FA.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que o PT e a FA se adequam aos objetos de estudo deste trabalho e à análise histórica que pretende-se fazer: centrais na dinâmica social e política desses países nas décadas de 1980, 1990 e 2000, estes são partidos políticos longevos se comparados aos outros casos da América Latina. Em segundo lugar, estes partidos políticos possuem um notável faccionalismo, possível de ser analisado desde um ponto de vista formal – através das normas que regem estes partidos – e também da dinâmica e da disputa entre estas facções. Em terceiro lugar, estes partidos tiveram que formar coalizões políticas para chegar ao governo. Todavia, enquanto que a FA formou coalizões com partidos políticos de esquerda, conformando o Encontro Progressista-Frente Ampla e posteriormente Encontro Progressista-Frente Ampla-Nova Maioria, o PT realizou coalizões com partidos políticos à direita do espectro partidário com vistas a alcançar vitórias eleitorais. Em quarto lugar, estas distintas coalizões são condicionadas pelo sistema político de cada um destes países.

Esta investigação justifica-se pela sua contribuição às investigações sobre a dinâmica dos partidos políticos de esquerda, em específico, e do sistema político, de uma maneira geral, no debate sobre democracia e participação política na América Latina. Dando continuidade à minha investigação de mestrado (Tanscheit, 2014) e apresentando casos comparáveis à trajetória previamente investigada do PT, pretendo apresentar duas contribuições. Em primeiro lugar, contribuir para a análise das dinâmicas próprias dos partidos políticos, verificando de que maneira o faccionalismo e a disputa intrapartidária interferem nas decisões programáticas, eleitorais e governamentais dos partidos políticos. E em segundo lugar, a partir de uma pesquisa que expande-se para a América Latina,

compreender os eventos progressos que influenciaram na conformação de distintos sentidos à democracia e às inovações democráticas. Pretende-se avançar, assim, na compreensão dos partidos políticos e das inovações democráticas no transcurso do “giro à esquerda” na América Latina.

#### **4. Objeto de estudo: os partidos políticos de esquerda da América Latina**

O objeto desta pesquisa de doutorado são dois partidos políticos de esquerda da América Latina: o PT e a FA. Esta análise deverá ser feita em três níveis: (i) do partido político, analisando as condicionantes das dinâmicas e das disputas intrapartidárias; (ii) da coalizão a qual o partido faz parte, observando os constrangimentos de outros partidos políticos às suas atividades; (iii) do sistema político, verificando de que maneira o arcabouço institucional, bem como os partidos políticos de oposição, interferiram nas distintas inovações democráticas adotadas em seus governos<sup>13</sup>. Um curto panorama de como está análise pretende ser feita se encontra abaixo.

##### **4.1. Década de 1980**

Neste primeiro período, destaca-se o PT como uma novidade no cenário político latino-americano (Anderson, 2011). Fundado em 1980, o PT tem a sua origem no processo de abertura democrática no Brasil, ao passo que a FA e o PSCh têm a sua nos períodos anteriores às rupturas democráticas em seus países. A FA é fundada em 1971, comportando-se inicialmente como uma coalizão de partidos políticos em reação ao bipartidismo do sistema político do Uruguai, conformado pelo Partido Nacional e pelo Partido Colorado, os chamados partidos tradicionais (Moreira, 2000; Queirolo, 2001; Yaffé, 2005).

Tanto o PT quanto a FA tem a sua origem baseada em uma estreita relação com os sindicatos. Em 1983, as principais lideranças do PT fundam a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a principal central sindical do país. A FA, por sua vez, é fundada em conjunto com a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), atualmente Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT)

---

13 Enquadramento analítico em processo de elaboração.

(Moreira, 2000; Yaffé, 2005).

O PT tem a sua origem normalmente destacada pela convergência entre uma intelectualidade universitária localizada principalmente em São Paulo, das Comunidades Eclesias de Base (CEBs) da Igreja Católica e do novo sindicalismo em emergência no “ABC” paulista (Keck, 1991; Meneguello, 1989). Todavia, deve-se destacar que subjaz à origem do PT um alto e notório faccionalismo, uma vez que o partido agrupou todos os grupos de esquerda descontentes com a oposição moderada ao regime militar realizada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB, atual PMDB). A origem do PT é marcada por uma composição bastante heterogênea de facções que vão de marxistas à cristãos, em permanente competição pela direção partidária (Freire Lacerda, 2002).

A FA possuía apenas dois anos de existência quando ocorreu o golpe de Estado e foi instaurado o regime militar no Uruguai, que durou de 1973 a 1985, transformando-se neste período em uma organização política ilegal e clandestina. Em sua origem, a FA foi composta por diversos partidos e organizações políticas, destacando-se: o Partido Comunista do Uruguai (PCU), o Partido Socialista do Uruguai (PSU), o Partido pelo Governo do Povo (PGP) e o Partido Democrata-Cristão (PDCU), além de lideranças políticas egressas dos Partidos Nacional e Colorado. O contexto da redemocratização é marcado pela saída do MGP e do PDCU, em 1989, da FA com vistas à fundar um novo partido em conjunto com a União Cívica, o Novo Espaço (NE). Neste mesmo ano, ingressou à FA o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T) atualmente parte do Movimento de Participação Popular (MPP), tendência de José “Pepe” Mujica (Yaffé, 2005). O processo de saída do PGP e do PDCU, bem como de ingresso do MLN-T, foi marcado por intensos conflitos intrapartidários que deverão ser abordados nesta tese (Yaffe, 2005; Garcé, 2012).

Neste primeiro período, será analisada a força das facções na organização da dinâmica política intrapartidária, seja na eleição de suas direções seja em suas principais formulações políticas e resoluções programáticas. Supõe-se que esta dinâmica cumpre um papel importante no momento basilar destes partidos políticos. As sínteses destas dinâmicas estarão expressas tanto textualmente quanto nas principais posturas destes partidos políticos neste contexto.

#### 4.2. Década de 1990

Este período é marcado por uma forte crítica das facções majoritárias à recém-fundada experiência do “socialismo real” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Chama a atenção as intensas formulações a respeito da democracia por parte da esquerda latino-americana, em que esta passa a ser concebida enquanto um valor intrínseco ao socialismo (Carreras, 2012). Posteriormente, será verificado que a adoção de inovações democráticas foram paulatinamente tomando o lugar do ideal socialista dos partidos políticos de esquerda (Pereira da Silva, 2015; Goldrank, 2011).

No Brasil, este debate permeou tanto a formação do PT quando o processo responsável por instituir a Constituição Federal de 1988. No caso do PT, este debate foi marcado pelas suas próprias características fundacionais, que o marcam como um partido com fortes vínculos com a sociedade civil (Avritzer, 2011; Amaral, 2011; Pogrebinschi, 2012). A Constituição de 1988, por sua vez foi gerada através de uma Assembleia Constituinte e é fruto de um rico processo participativo, em que são garantidos constitucionalmente direitos civis, políticos e sociais, estabelecendo também uma série de preceitos relacionados à implementação de inovações democráticas nas três esferas da federação, inaugurando um novo horizonte no que diz respeito à participação política no Brasil (Avritzer, 2009a; Pogrebinschi e Santos, 2011).

Desta confluência, deve-se destacar que não à toa as primeiras administrações do PT foram pioneiras na introdução destas outras formas de participação política, como os Conselhos Populares, experimentados em Diadema, a partir de 1982, quando estes foram estabelecidos nas áreas de Transporte, Saúde e Saneamento (Azevedo, 1988 *apud* Bezerra, 2014).

No Uruguai, a Constituição é datada de 1967, tendo tido várias emendas plebiscitárias desde então. A principal delas, em relação aos partidos e à competição política eleitoral, diz respeito à reforma constitucional de 1996, responsável por separar a competição presidencial da competição partidária, bem como as eleições municipais da eleição nacional, estabelecendo o segundo turno das eleições presidenciais e estabelecendo as eleições primárias aos partidos políticos (Moreira, 2004; Yaffé, 2005; Goldfrank, 2011). Esta reforma, contudo, não alterará a frequência plebiscitária, que compõe a estrutura

democrática do país (Altman, 2010). O reestabelecimento da FA é marcado pela sua hegemonia enquanto força política de esquerda e de oposição, pelo ingresso de novas facções políticas em sua composição e pela vitória inédita em Montevidéu, em 1989.

Neste período, a exemplo do PT, o país experimentou de forma inédita a ampliação das formas de participação política a partir da implementação do PDP, em Montevidéu. Para ambos os partidos, as suas experiências em governos locais foram fundamentais. Estas permitiram a construção de uma forma de governar por parte da esquerda, além da construção de uma sólida base eleitoral em nível local (Yaffé, 2005, Baiocchi e Checa, 2008). Deve-se destacar também que a utilização de mecanismos de democracia direta, como os plebiscitos, foi um importante instrumento da estratégia frenteamplista enquanto força de oposição e também enquanto uma forma de impedir o aprofundamento do neoliberalismo no país. Como apontam Moreira (2004), Altman (2010) e Lissidini (2010), quanto mais a FA crescia eleitoralmente maior era a possibilidade de influenciar nos resultados dos plebiscitos. Estes mecanismos, para além de serem uma demanda da sociedade civil organizada, cumpriram um papel importante da disputa entre as elites políticas da FA, do Partido Nacional e do Partido Colorado, e serviu como uma forma de desconcentrar o poder das mãos do Executivo.

Neste período, será relevante observar a disputa intrapartidária a partir da forma pela qual as principais facções ou as coalizões majoritárias buscaram exercer o controle do partido (Panebianco, 2005 [1982]). Em um *continuum* a ser estabelecido entre as facções de esquerda e de direita destes partidos, chama a atenção no caso do PT e da FA uma disputa entre as formulações relacionadas à democracia e à participação, entretanto sem que isso interfira em um sentido comum de ampliação da democracia e das formas de inovações democráticas no país.

No caso do PT, isto será observado por Freire Lacerda (2002) ao identificar duas dois alvos da disputa intrapartidária: a concepção de democracia e a política de alianças. Também estou desenvolvendo uma análise para um *paper* que demonstra que os municípios em que há uma maior presença das facções à esquerda do PT, há uma maior possibilidade de adoção de inovações democráticas. No caso da FA, desconheço pesquisas que versem sobre esta temática, observando, contudo, o forte papel das facções

políticas nos governos frenteamplistas (Garcé e Yaffé, 2014). Há que se averiguar quais foram as posturas destas facções com relação à temática da participação no decorrer dos anos 1990 em Montevideu, único departamento administrado pela FA até 2000. Estes casos podem vir a sugerir que os partidos políticos conformados por distintas facções e outras organizações da sociedade civil tendem a ter uma maior proximidade ao tema das inovações democráticas – que não deixam de ser uma possibilidade de inclusão de suas bases eleitorais em seus governos.

### **4.3. Década de 2000**

O terceiro período, a década de 2000, é marcado pelo ineditismo da chegada destes partidos de esquerda à Presidência da República, processo vivenciado em diversos países da região e que ficou conhecido por “giro à esquerda” da América Latina. Para os países estudados, este processo refere-se às eleições de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002 e de Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004. Neste período, a ênfase será menos na disputa política intrapartidária e mais no resultado desta disputa na formação de coalizões, na composição destes governos e na relação com o sistema político, bem como nas inovações democráticas conduzidas, destacando-se as mais abordadas pela literatura especializada.

No Brasil, este período é marcado pela mudança nas atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República. O órgão, que era responsável pela articulação entre o Executivo e o Legislativo, passa a ser responsável pela articulação entre o Executivo e a sociedade civil e pela implementação de novas formas de participação política (Pogrebinski, 2012). Três grupos de mecanismos foram impulsionados nacionalmente: a criação de instrumentos de diálogo entre o governo e a sociedade, com um destaque para a criação de 84 ouvidorias públicas nos três primeiros anos de governo Lula, a utilização de audiências públicas e a criação de mesas permanentes de diálogos entre governo e sociedade civil; a constituição, a potencialização e o fortalecimento dos Conselhos Nacionais de Políticas Públicas; e as Conferências Nacionais de Políticas Públicas (Ventura, 2014).

No Uruguai, dois aspectos devem ser destacados. Em primeiro lugar, a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES) – Lei 17.866/2005 - com o objetivo de

implementar o Plano de Atenção Nacional à Emergência Social (PANES) voltado para o combate à fome e à pobreza. Algumas experiências de participação foram criadas através deste ministério, com alguns questionamentos em relação ao seu potencial transformador os quais ainda necessito observar melhor (Fuentes, Buschiazzi e Castillos, 2016). Como primeira impressão, ao passo que o Brasil apresenta uma institucionalidade participativa, a participação no Uruguai parece estar mais associada à mecanismos de democracia direta ou ao desenvolvimento de processos participativos no bojo de suas políticas sociais (Armas, Luzuriaga e Machado, 2009).

Em segundo lugar, a promulgação de Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã – Lei 18.567/2009 – no final do governo de Vázquez. Com esta lei, é estabelecido um terceiro nível de governo: os municípios. Antes desta lei, o país possuía apenas os governos nacional e departamentais – compostos pela Intendência e pela Junta Departamental, equivalente à Prefeitura e à Câmara de Vereadores. A lei representa um caminho importante na construção de sistemas políticos departamentais mais pluralistas e competitivos (Garcé, 2010). Em relação à lei, deve-se realizar uma atualização da análise de Goldrank (2011) à respeito da FA: à primeira vista, parece que as propostas de ampliação da participação política nos governos da FA dizem respeito à implementação de processos de descentralização: a Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã seria uma reprodução do processo levado à cabo em Montevideu<sup>14</sup>.

## 6. Considerações Finais

Moreira (2000) afirma, sobre as esquerdas na América Latina, que “estas esquerdas sempre existiram e sempre existirão, sob a forma de alternativas anti *status quo*, cujo signo é a igualdade, mas suas marcas e seus sinais delinear-se-ão a cada vez com traços mais específicos, resultado das conjunturas históricas, políticas e ideológicas que enfrentem” (Moreira, 2000: 51).

Para Roberts e Levistki (2011: 4), os governos de esquerda da América Latina estão enraizados em distintas experiências e trajetórias históricas dos partidos políticos que os

---

14 Estas propostas estão presentes em diversos documentos da FA.

levaram ao poder – e em que foram formadas as suas características organizacionais, seus vínculos sociais, a sua posição dentro do sistema partidário e, em especial, as suas preferências políticas e o seu modo de governar (Levistki e Roberts, 2011: 4).

Este artigo buscou apresentar algumas considerações iniciais a respeito da pesquisa de doutorado a qual estou desenvolvendo. Em primeiro lugar, foram apresentadas as principais perguntas as quais esta pesquisa buscará responder, bem como apresentar os avanços e os desafios de uma pesquisa destinada à relacionar os partidos políticos às novas formas de participação política desenvolvidas no Brasil e no Uruguai. Em segundo lugar, tentou-se realizar uma primeira aproximação em relação ao objeto desta pesquisa e a bibliografia sobre partidos políticos. É necessário, ainda, avançar na bibliografia em relação à política intrapartidária, ainda escassa na Ciência Política, sendo também necessário realizar investigações de campo para que esta pesquisa auxilie no desenvolvimento desta área. Em terceiro lugar, foi situado o debate sobre a esquerda na América Latina em que essa pesquisa se encontra, e em quarto lugar, foram realizadas algumas breves considerações em relação ao PT e a Frente Ampla, à política intrapartidária e às inovações democráticas introduzidas no Brasil e no Uruguai.

Falta, contudo, um mecanismo que seja capaz de desenvolver uma teoria que conecte os partidos políticos ao desenvolvimento de novas formas de participação política, em especial no caso uruguaio. O caminho ainda em andamento indica para a investigação na tríade política intrapartidária – coalizão eleitoral e/ou governamental – oposição. Este caminho, contudo, apenas poderá ser preenchido com um tratamento do trabalho de campo realizado, a fim de verificar como o debate em torno da democracia e da participação política estruturou-se historicamente nas tendências políticas e na FA como um todo. É esse o próximo passo que esta pesquisa pretende realizar.

### **Referências Bibliográficas.**

ABAL MEDINA, Juan (2002). Elementos teóricos para el análisis contemporáneo de los partidos políticos: un reordenamiento del campo semántico. In CAVAROZZI, Marcelo e ABAL MEDINA, Juan, El asedio a la política: Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal. Rosario: Homo Sapiens.

ABERS, Rebecca; SERAFIM Lizandra; TATAGIBA, Luciana (2014). Repertórios de atuação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. In

DADOS – Revista de Ciências Sociais, v.57, n.2. Rio de Janeiro.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia (2002), Partidos políticos na América Latina. In *Opinião Pública*, v.8, n.2. São Paulo.

ALTMAN, David (2010). *Direct Democracy Worldwide*. Cambridge: University Press.

AMARAL, Osvaldo (2013), O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. In *Revista Debates*, v.7, n.2. Porto Alegre.

\_\_\_\_\_ (2011), *Ainda Conectado: o PT e os seus vínculos com a sociedade*.

Dissertação de Mestrado apresentada na UNICAMP. Campinas.

ARMAS, Gustavo; LUZURIAGA, Andrea; Florencia, MACHADO (2009), Estado, sociedad y participación social en el gobierno del Frente Amplio : análisis de algunas experiencias. Alemanha, Friedrich-Ebert-Stiftung.

AVRITZER, Leonardo (2009a), *Participatory institutions in democratic Brazil*. John Hopkins: University Press.

\_\_\_\_\_ (2009b), La nueva izquierda, la crisis de representación y la participación social en América Latina. In: ARNISON, Cynthia; SMULOVITZ, Catalina; CHILIER, Gastón; PERUZZOTTI, Enrique, COHEN, Giselle. (Org.). *La "nueva izquierda" en América Latina: derechos humanos, participación política, y sociedad civil*. Washington, DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars

\_\_\_\_\_ (2014), *A Participação Social no Brasil Democrático*. In AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio Otávio (Org). 3 Ed. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung e Ed. UNESP.

\_\_\_\_\_ (2013) Um balanço da participação social no Brasil pós-Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo. *Experiência democrática, sistema político e participação popular*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_ (2011), Introdução: A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha(Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA

\_\_\_\_\_ (2002), *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: University Press.

BAIOCCI, CHECA (2008) In CASTAÑEDA, Jorge, MORALES, Marco A.. *Leftovers: Tales of the Latin American Left*. Reino Unido: Routledge.

BAKER, Andy; GREENE, Kenneth (2011), The Latin American Left's Mandate: Free-Market Policies and Issue Voting in New Democracies. *World Politics* 63(1): 43-77.

BEASLEY-MURRAY John; CAMERON, Maxwell; HERSHBERG, Eric (2010), *Latin*

America's left turn: a tour d'horizon." in CAMERON, Maxwell; HERSHBERG, Eric (eds.). *Latin America's Left Turn: Politics, Policies, and Trajectories of Change*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

BEZERRA, Carla (2014). *Do poder popular ao modo petista de governar*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.

BITTAR, Jorge (1992). *O modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

CARRERAS, Miguel (2012). Party systems in Latin America after the third wave: A critical re-assessment. *Journal of Politics in Latin America*, n. 1, p. 134-156. Washington, DC.

CASTAÑEDA, Jorge (2006). Latin America's Left Turn. In *Foreign Affairs*, may/june. New York, NY.

DAGNINO, Evelina; TEIXEIRA, Ana Claudia (2014). The Participation of Civil Society in Lula's Government. In *Journal of Politics in Latin America*, v.6, n.3.

\_\_\_\_\_ ; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (2006). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.

CROSS, William; KATZ, Richard (2013). *The Challenges of Intra-Party Democracy*. Oxford: University Press.

DUVERGER, Maurice (1980). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.

FREIRE LACERDA, Alan (2002). O PT e a Unidade Partidária como Problema. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v.45, n.1. Rio de Janeiro.

GARCÉ, Adolfo (2012). *Ideas y cambio institucional: tupamaros versus comunistas (Uruguay, 1985-2010)*. Tese de Doutorado. Uruguai: Universidad de la República.

\_\_\_\_\_ (2010). Uruguay 2009: de Tabaré Vázquez a Jose Mujica. In *Revista de Ciencia Política*, v.30, n.2. Montevideo.

\_\_\_\_\_ ; YAFFÉ, Jaime (2014). *La Era Progresista. Hacia un Nuevo Modelo de Desarrollo*. Tercer Acto. Montevideo: Ed. Fin de Siglo.

GOERTZ, Gary e MAHONEY (2012). *James.: A Tale of Two Cultures: Contrasting Qualitative and Quantitative Paradigms*. Princeton: Princeton University Pres.

GOLDFRANK (2011). *Deepening Local Democracy in Latin America: Participation, Decentralization and the Left*. University Park: Pennsylvania State University Press.

GURZA LAVALLE, Adrian; ROMÃO, Wagner; ZAREMBERG, Gisela (2014). Partidos políticos y innovación democrática: más allá de purezas y perversiones. In *Revista Mexicana de Ciencia Política*, ano. LIX, n. 220. México: Universidad Nacional Autónoma de México.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary (1996). Political science and the three new institutionalism. In *Political Studies*, ano. XLIV, Dezembro.

HUBER, Evelyne; STEPHENS, John (2012). *Democracy and the Left: Social policy and*

inequality in Latin America. Chicago, University of Chicago Press.

HUNTINGTON (1991). *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press.

IRAZÁBAL, Frederico; PONCE, Matias (2013). *Pepe Mujica v Tabaré Vázquez: Dos estilos de canalización de la participación ciudadana en la estrategia de comunicación de gobierno*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da IPSA.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. (1995). 'The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization', in CROTTY, William (ed.), *Political Parties in a Changing Age - American Review of Politics*, v.14.

KATZ, Ricard; and MAIR, Peter (2002). 'The Ascendancy of the Party in Public Office: party organization change in twentieth-century democracies', In GUNTHER, MONTEIRO e LINZ (orgs.), *Political Parties – old concepts and new challenges*. Oxford: University Press.

KECK, Margareth (1991). *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.

KEY, John (1966). *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting, 1936-1960*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.

KING, Garv; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidnev. *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

KIRCHHEIMER, Otto (1966). 'The Transformation of the Western Party Systems'. In LA PALOMBARA e WEINER (org.), *Political Parties and Political Development*. Princeton: University Press.

KITSCHOLT, Herbert; HAWKINS, Kirk; LUNA, Juan Pablo; ROSAS, Guillermo; ZECHMEISTER, Elizabeth (2010), *Latin American Party Systems*. Cambridge: University Press.

\_\_\_\_\_ (1999), *Post-communist party systems: competition, representation and inter-party cooperation*. Cambridge: University Press.

KROUWEL, Andre (2006), *Party models*. In: KATZ, Richard; CROTTY, William (ed.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage.

LEVITSKY, Steven e ROBERTS, Kenneth (2011). "Introduction: Latin America's "Left Turn": a framework for analysis", in Levitsky e Roberts (eds). *The Resurgence of Latin American Left*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

\_\_\_\_\_ (2001), *Inside the Black Box: Recent Studies of Latin American Party Organizations*. In *Studies in Comparative International Development*, Summer Vol. 36, No. 2,

LISSIDINI, Alicia (2010), *Democracia directa en Latinoamérica : Entre la delegación y la Participación*. Buenos Aires : Ed. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

MAINWARING, Scott; SCULLY, James (1995) *Building democratic institutions: Party*

systems in Latin America. Stanford: University Press.

MENEGUELLO, Raquel (1989), PT: A formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MICHELS (1982), Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

MOREIRA, Constanza (2000), A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. In *Opinião Pública*, v.6, n.1. São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2004), *Final de Juego: del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda em Uruguay*. Montevideo: Ed. Trilce.

PANEBIANCO, Angelo (2005), *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

PANNIZZA, Francisco (2006), *La Marea Rosa*. In *Análise de Conjuntura, OPSA*, n.8. Rio de Janeiro.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício (2015). *Democracias errantes: reflexões sobre experiências participativas na América Latina*. Rio de Janeiro: Ponteio.

\_\_\_\_\_ (2010), *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Ponteio.

PHILLIP, George; PANNIZZA, Francisco (2011), *The triumph of politics: the return of the left in Venezuela, Bolivia and Ecuador*. Rein

POGREBINSCHI, Thamv (2013), *The Pragmatic Turn of Democracy in Latin America*. Berlin, FES Studies on Latin America.

\_\_\_\_\_ (2012), *Participação como Método Democrático de Gestão. As conferências nacionais de políticas públicas durante o Governo Lula*. Paper delivered at the Brazilian Studies Programme, Oxford University, on January 27<sup>th</sup>.

\_\_\_\_\_ ; SANTOS, Fabiano (2011), *Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, v. 53, n.3. Rio de Janeiro.

QUEIROLO, Maria (2011), *La organización interna del Frente Amplio a treinta años de su fundación: 1971-2001*. Dissertação de Mestrado apresentada em Universidad Internacional de Andalucía. Espanha.

REIS, Bruno P. W. (2014), *Da democracia participativa à pluralidade da representação: breves notas sobre a odisséia do PT na política e na ciência política brasileira*. In *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1. Brasília: Universidade de Brasília.

ROMÃO, Wagner de Mello (2010), *Entre a Sociedade Civil e a Sociedade Política. Resenha de Participatory Institutions for Democratic Brazil*, de Leonardo Avritzer. In

Revista Novos Estudos- CEBRAP. São Paulo.

\_\_\_\_\_ e MARTELLI, Carla (2013), Estudos sobre as instituições participativas: o debate sobre a sua efetividade. In Revista Pensamento e Realidade, ano XVI, v.28, n.1, PUC-SP: São Paulo.

SARTORI (1982), Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Brasília: Editora. da Universidade de Brasília.

SEELE, Andrew e PERUZZOTI, Enrique (2009). Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America. Woodrow Wilson Press/John Hopkins University Press Series.

SMITH, Graham (2009), Democratic innovations: designing institutions for citizen participation. Cambridge: Cambridge University Press.

TANSCHHEIT, Talita (2014). Democracia e participação no Brasil: o Partido dos Trabalhadores e a Política Nacional de Participação Social. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IESP-UERJ.

TEIXEIRA, Ana Claudia (2013). Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: UNICAMP.

VENTURA, Tiago (2014), Democracia e participação no Brasil: um estudo de caso das conferências nacionais de políticas públicas de 2003-2010. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro.

WEYLAND, Kurt; MADRID, R.; HUNTER, W. (2010). Leftist governments in Latin America – success and shortcomings. Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ (2009), The rise of Latin America's two lefts: insights from rentier state theory. In Comparative Politics, 41 (2).

WOLINETZ (2002), Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose; LINZ, Juan. Political Parties: Old Concepts, New Challenges. Oxford: Oxford University Press.

WOLFF, Jonas (2013), Towards post-liberal democracy in Latin America? A conceptual framework applied to Bolivia. In Journal of Latin American Studies, v.45, n.1.

YAFFÉ, Jaime (2005). Al centro y adentro. La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay. Librería Linardi y Risso - ICP, Montevideo.